

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM ALEGRETE
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA**

LIGIA SEVERO CARNEIRO

**O AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ALEGRETE**

ALEGRETE

2021

LIGIA SEVERO CARNEIRO

**O AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ALEGRETE**

Projeto de pesquisa apresentado ao componente curricular Pesquisa em Educação: Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Edilma Machado de Lima

ALEGRETE

2021

Catálogo de Publicação na Fonte

C289a	<p>Carneiro, Ligia Severo.</p> <p>O autismo na Educação Infantil: desafios e possibilidades de aprendizagem na escola pública municipal de Alegrete / Ligia Severo Carneiro. – Alegrete, 2021.</p> <p>45 f.</p> <p>Orientadora: Prof.^a Edilma Machado de Lima.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Alegrete, 2021.</p>
-------	---

LIGIA SEVERO CARNEIRO

**O AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ALEGRETE**

Projeto de pesquisa apresentado ao componente curricular Pesquisa em Educação: Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Edilma Machado de Lima

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Prof.^a Dra. Edilma Machado de Lima
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof.^a Dra. Ou Dra. Fani Averbuh Tesseler
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Prof.^a Ma. Ana Paula da Silveira Ribeiro
Instituto Federal Farroupilha - IFFar

Dedico esta monografia a todas as pessoas que estiveram comigo me apoiando e orientando ao longo dessa caminhada...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me permitiu estar aqui para concluir mais esta etapa da minha vida.

Aos meus familiares que estiveram de uma maneira ou de outra participando desta conquista.

Aos colegas, amigos, funcionários e professores da Uergs que caminharam comigo nesta trajetória de aprendizagem, amizade e parceria pois o professor é de fundamental importância para o estudante, sem ele não somos ninguém, em especial minha colega e amiga Carla Leal que esteve sempre do meu lado me incentivando e me auxiliando em minhas dificuldades não me deixando desistir nunca.

À amiga, Ana Paula da Silveira Ribeiro que gentilmente aceitou participar como avaliadora na banca e pessoa com quem trabalho e convivo há 12 anos.

Agradeço também a querida professora Fani Averbuh Tesseler a quem tenho muita admiração e respeito e que aceitou o convite para ser minha banca.

Agradeço à minha orientadora, Edilma Lima, por aceitar ser minha orientadora na construção deste trabalho.

Enfim, citar nomes, incorre em esquecimento, pois de uma maneira ou de outros todos que estiveram comigo nessa jornada me deram muito apoio, sendo assim, do fundo do meu coração, o meu muito obrigada.

Agradeço, em especial, a Uergs que me proporcionou momentos de crescimento pessoal e profissional, bem como acolhida dos docentes e colegas, que vou levar comigo para sempre.

“A vida é como um quebra-cabeças. Deveríamos parar de tentar
encaixar onde elas não cabem”
(Autor Desconhecido)

RESUMO

O presente estudo tem como temática O Autismo na Educação Infantil: desafios e possibilidades de aprendizagem em uma escola pública de Alegrete/RS. Como objetivo geral buscamos analisar de que forma se dá inclusão de alunos com autismo no contexto de uma escola pública municipal de Alegrete/RS. Para compor nosso referencial teórico destacamos, entre outros, os seguintes autores: Schmidt, (2017) UNESCO (2020), Mantoan (2003). A pesquisa foi de abordagem qualitativa exploratória com estudo de caso como método. Adotamos como instrumento para a coleta de dados, o questionário aberto. Os resultados demonstraram que incluir alunos com TEA não é um trabalho simples. Contudo, com a utilização de práticas pedagógicas que considerem as especificidades do aluno, com a oferta de formação para os professores e o trabalho do Atendimento Educacional Especializado (AEE) os espaços escolares se constituem em um lugar para todos.

Palavras-Chave: Inclusão. Autismo. Educação Infantil

ABSTRACT

El presente estudio tiene como tema Autismo en la Educación Infantil: retos y posibilidades de aprendizaje en un colegio público de Alegrete / RS. Como objetivo general, buscamos analizar cómo se da la inclusión de estudiantes con autismo en el contexto de una escuela pública municipal de Alegrete / RS. Para componer nuestro marco teórico, destacamos, entre otros, a los siguientes autores: Schmidt, (2017) UNESCO (2020), Mantoan (2003). La investigación fue de un enfoque cualitativo exploratorio con un estudio de caso como método. Adoptamos como instrumento para la recogida de los datos, el cuestionario abierto. Los resultados mostraron que incluir a estudiantes con TEA no es un trabajo sencillo. Sin embargo, con el uso de prácticas pedagógicas que consideren las especificidades del alumno, con la oferta de formación para los docentes y el trabajo del Servicio Educativo Especializado (SEE), los espacios escolares constituyen un lugar para todos.

Palabras Clave: Inclusión. Autismo. Educación Infantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O AUTISMO	12
2.2 CONCEPÇÕES: INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO	15
2.3 A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM AUTISMO.....	18
2.4 ESTRATÉGIAS QUE O SISTEMA DE EDUCAÇÃO OFERECE EM UMA ESCOLA REGULAR: AS CONTRIBUIÇÕES DO AEE NA INCLUSÃO DO ALUNO.....	23
3. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	26
3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO	26
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	26
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICES.....	41

1 INTRODUÇÃO

A presente proposta¹ foi elaborada com vistas a atender ao requisito de Conclusão do Curso de Pedagogia e Licenciatura, tendo como temática o Autismo na Educação Infantil.

Esse tema nos instiga a explorar novos conhecimentos e nos desafia a buscar informações sobre o Autismo nesse sentido procuramos neste trabalho buscar respostas para a seguinte indagação: Como se dá a inclusão do aluno autista na Educação Infantil do município de Alegrete, considerando os desafios e as possibilidades para sua aprendizagem? Pesquisar sobre esta temática, abre caminhos para que possamos nos aprofundar e trabalhar com mais conhecimento sobre o assunto.

Tivemos como objetivo geral desta pesquisa *compreender como se dá a inclusão do aluno com autismo em uma escola de Educação Infantil do município de Alegrete, seus desafios e possibilidades para sua aprendizagem*. Para alcançarmos o objetivo acima elencado, delineamos os seguintes objetivos específicos: *Analisar sobre o processo de inclusão escolar na Educação Infantil, à luz da legislação; Conhecer os conceitos e as características do TEA, bem como as estratégias que o sistema de educação oferece para a escolarização de uma criança com deficiência em uma escola regular; identificar quais as contribuições dos AEE (Atendimento Educacional Especializado) na inclusão dos alunos autistas na Educação Infantil*.

A escolha desse tema surgiu durante uma intervenção pedagógica, em uma turma da Educação Infantil em uma escola regular da Rede Pública Municipal de Alegrete, onde ao observar um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) se percebeu as dificuldades de socialização e interação com a turma e com os outros colegas. Isso refletia os desafios e as possibilidades da aprendizagem e socialização, tendo em vista as dificuldades de comunicação e atenção que estes alunos apresentam.

Na atualidade o autismo vem sendo foco de pesquisa, seus sintomas estão associados ao comportamento, interação social e comunicação. Sabemos que as escolas da rede regular de ensino, principalmente a rede municipal de Alegrete, *locus*

¹ O trabalho está organizado conforme o Manual para publicação de trabalhos acadêmicos e científicos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://uergs.edu.br/upload/arquivos/201911/07103419-manual-2-ed-atualizado-2019.pdf>

desta pesquisa, oferecem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (ALEGRETE, 2014) com Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) onde a criança recebe esse atendimento no turno inverso de sua sala de aula regular, mas pude observar que esse atendimento ainda é muito carente de recursos e seu tempo na sala também é muito restrito. Vivenciando esta realidade surgiram as dúvidas, sendo a principal delas referente a aprendizagem desse aluno já que na sala de aula regular ele não permanece e não interage, nem mesmo com o professor, pois fica somente com a pessoa auxiliar e fora da sala, pois fica irritado com a agitação dos colegas

Outro fato observado foi o comportamento devido a troca dos medicamentos, pois estava em processo de adaptação e segundo relato do responsável este processo deixava o aluno sonolento. Partindo da realidade observada, bem como a importância do assunto para a futura prática pedagógica, destaco que a escolha desse tema se distingue pela necessidade de possibilitar novos conhecimentos e informações sobre o autismo.

O estudo se justifica pela pertinência do tema em buscar mais dados e informações sobre o processo de inclusão da pessoa com TEA no sistema escolar Partindo da realidade observada, bem como a importância do assunto para a futura prática pedagógica, justifico a opção pela temática.

A presente pesquisa está estruturada nas seguintes etapas: primeiramente apresentaremos a revisão da literatura iniciando com um breve histórico sobre o Autismo, no segundo momento abordaremos a questão conceitual entre integração e inclusão, posteriormente trataremos sobre a educação da pessoa com Autismo, e contextualizando a pesquisa, abordaremos sobre as estratégias que o sistema regular oferece e as contribuições do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão do aluno autista. A seguir os encaminhamentos metodológicos, a análise dos dados e por fim nossas considerações.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O AUTISMO

Atualmente se ouve muito o termo autismo em pesquisas, nos meios de comunicação, no educacional e na área médica, nesse sentido, é muito importante conhecermos sua etimologia para um melhor entendimento. A palavra autismo tem sua origem no grego e significa “autós, «de si mesmo» + ismo, ou do francês autisme, «autismo»².

Entretanto, já em 1910, o psiquiatra Eugen Bleuler adotou o termo pensamento autístico para descrever o comportamento de pacientes que apresentavam dificuldade na interação social. Posteriormente, em 1943, Leo Kaner, médico, especializado em psiquiatria pediátrica, também já trazia seus primeiros achados como um quadro clínico descrevendo características de onze paciente que além de dificuldades na interação social apresentavam também problemas na comunicação (VICARI, RAHME, 2020). Kaner, (1943 apud BELISÁRIO FILHO E CUNHA, 2010, p. 8) assinalam que:

Desde 1938, chamaram-nos a atenção várias crianças cujo quadro difere tanto e tão peculiarmente de qualquer outro tipo conhecido até o momento que cada caso merece - e espero que venha a receber com o tempo uma consideração detalhada de suas peculiaridades fascinantes.

Kaner definiu o autismo infantil de Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, já Hans Asperger em 1944 denominou como um distúrbio a partir de seus estudos de Psicopatia Autística que tinha como sintoma o transtorno severo na interação social e a incidência entre meninos. “Ambos os trabalhos tiveram impacto na literatura mundial; no entanto, em momentos distintos” (TAMANAHA, PERISSINOTO, CHIARI, 2008, p. 296)³.

Atualmente, Vicari e Rahme (2020, p. 3) assinalam que o Manual Estatístico de Transtornos Mentais V, mais conhecido pela sigla inglesa DSM 5⁴ (2014), define o autismo “como Transtorno do Espectro Autista (TEA) e é caracterizado pela presença de dificuldades persistentes na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades – sintomas que se

² <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/autismo>

³ <https://www.scielo.br/j/rsbf/a/4R3nNtz8j9R9kgRLnb5JNrv/?lang=pt>

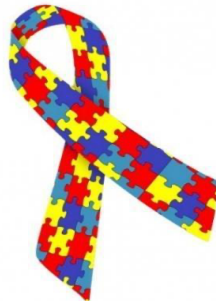
⁴ Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders

manifestam no período da infância”. Essa definição estava apoiada em pesquisas que apontavam características,

[...] especificamente nos domínios da comunicação social e comportamentos. Concluiu-se, então, que a classificação no formato categórico era inapropriada, sendo preferível a abordagem como um espectro único, cujas características variam ao longo de um continuum. A nova forma de entendimento poderia refletir melhor a apresentação dessas características, como elas apareciam no decorrer do desenvolvimento e as respostas das intervenções, o que resultou na adoção da terminologia Transtornos do Espectro Autista (TEA) (SCHMIDT, 2017, p. 223).

De acordo com o CEDIN (s/d)⁵ “manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica, daí o uso do termo espectro”. De acordo com o Dr. Dráuzio Varela (s/d)⁶ é “porque o autismo envolve situações e apresentações muito diferentes umas das outras, numa gradação que vai dos mais leves à mais grave”. Um dos símbolos, que representam o autismo, é a fita quebra-cabeça (FIGURA 1).

Figura 1 - fita ou laço colorido em forma de quebra-cabeça



Fonte: Dicionário de Símbolos (<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolos-autismo/>)

O Dicionário de Símbolos (s/d)⁷ complementa, ainda, a respeito da imagem que,

O formato de quebra-cabeça simboliza a complexidade do transtorno, que apresenta diversos subtipos, pois cada indivíduo possui sintomas diferentes, pontos fracos e fortes. Já as diversas cores representam as diferentes famílias e pessoas que são afetadas com o autismo e que precisam conviver com ele diariamente. E por último, o brilho que a fita carrega simboliza a esperança, de que se aumente a conscientização sobre o transtorno, os apoios e acessos a serviços necessários para que os indivíduos sejam inseridos e aceitos na sociedade com as suas diferenças. Esse símbolo foi

⁵ <http://www.terapiacedin.com.br/sobre-o-autismo-1.html>

⁶ <https://drauzioarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/transtorno-do-espectro-autista-tea/>

⁷ <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolos-autismo>

utilizado pela primeira vez em 1999, pela organização sem fins lucrativos Autism Society.

No que diz respeito aos níveis de gravidade que acomete o autismo são: leve, moderado ou grave. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014, s/n), apresenta a seguinte classificação (QUADRO 1):

Quadro 1 – Níveis de Gravidade para Transtorno do Espectro Autista

Nível de Gravidade	Comunicação Social	Comportamentos Restritos e Repetitivos
Nível 3 “exigindo apoio substancial”	Déficit graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação de dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros [...].	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
Nível 2 “exigindo apoio substancial”	Déficit grave nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação a dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros [...].	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
Nível 1 “exigindo apoio”	Na ausência de apoio, déficit na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas e sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais [...].	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Fonte: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM 5

(conclusão)

Estatisticamente, estima-se que no Brasil, há cerca de 2 milhões de autistas, um número significativo, considerando que foi somente a partir de 1993 que a síndrome foi adicionada à Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OLIVEIRA, s/d). Isso deu mais visibilidade às pessoas com autismo e trouxe mais informações por meios de pesquisas na área médica e na pedagógica sobre o transtorno, passando a ser assunto de entidades e órgãos como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS)⁸ que assinala,

O transtorno do espectro autista (TEA) se refere a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva (s/d).

Há características e sintomas diagnosticados no TEA, que até hoje não se sabe, precisamente, as suas causas e consequências. Atualmente se conceitua como uma síndrome comportamental (MATTOS; NUMBERG), porém há de se admitir que já tivemos uma grande evolução em termos de conhecimentos, por meio de pesquisas, sobre esse transtorno, diferentemente de décadas atrás que pessoas com alguma deficiência ou transtorno apenas recebiam atendimento médico sem perspectiva de estarem inseridos na sociedade (GOLDBERG, 2002; SANINI, 2011; MAROCCO, 2012).

2.2 CONCEPÇÕES: INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO

No Brasil, a Educação Especial teve início em meados do século XIX com a criação do Instituto Nacional Benjamin Constant (IBC/RJ)⁹ (1854) e o Instituto Imperial de Surdos-Mudos¹⁰ criado por D. João, no Rio de Janeiro em 1857, hoje conhecida como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Essas duas instituições foram importantes no acolhimento e educação de pessoas com deficiência (PCD).

⁸ <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>

⁹ <http://www.ibc.gov.br/a-criacao-do-ibc>

¹⁰ Termo adotado na época, substituído (Lei nº 5626/2005) (<https://www.libras.com.br/ines>)

Posteriormente o Instituto Pestalozzi¹¹, fundado em 1918 em Canoas, Rio Grande do Sul, também foi uma referência.

A histórica trajetória da Educação Especial permeou por várias concepções que oscilavam entre a saúde, a educação, o assistencialismo e a cidadania, e pôr fim, a integração e a inclusão que permanece como um desafio até os dias de hoje. O artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação traz em sua concepção, um olhar quanto ao tratamento especial para alunos com deficiência ACD). Segundo Sampaio (2009) “Ao longo dos anos 90 e até os dias de hoje, a educação inclusiva vem firmando-se no plano internacional e na legislação brasileira como uma conquista dos direitos humanos (p. 23).

A Integração e a inclusão possuem conceitos muito diferentes, apesar de significados semelhantes, pois, para haver integração não é realizado nenhum tipo de adaptação e para haver a inclusão são necessárias adaptações curriculares, arquitetônicas, de recursos em que todos terão acesso e a garantia da permanência na escola. Para melhor entendimento do significado desses dois vocábulos nos apoiamos em Mantoan (s/d)¹², que diz,

Ocorre que os dois vocábulos - integração e inclusão - conquanto tenham significados semelhantes, estão sendo empregados para expressar situações de inserção diferentes e têm por detrás posicionamentos divergentes para a consecução de suas metas. A noção de integração tem sido compreendida de diversas maneiras, quando aplicada à escola. Os diversos significados que lhe são atribuídos devem-se ao uso do termo para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sociais, filosóficos e outros. O emprego do vocábulo é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para deficientes, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes. Por tratar-se de um constructo histórico recente, que data dos anos 60, a integração sofreu a influência dos movimentos que caracterizaram e consideraram outras ideias, como as de escola, sociedade, educação. O número crescente de estudos referentes à integração escolar e o emprego generalizado do termo têm levado a muita confusão a respeito das ideias que cada caso encerra.

Essa mesma autora destaca que diferentemente da integração, o conceito de inclusão,

[...] questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de integração - mainstreaming. A noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à

¹¹ <https://pestalozzi.goiania.org/historia-da-pestalozzi/>

¹² http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/integracao_x_inclusao.htm

vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal". O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. O impacto desta concepção é considerável, porque ela supõe a abolição completa dos serviços segregados [...] (MANTOAN, s/d)

Esse modelo é o que o Brasil propôs, entretanto há algumas décadas passando por progressos e retrocessos. Importante se faz salientar que dentro desse processo, nossos alunos estão matriculados nessas escolas que ainda não conseguem atender suas necessidades e cumprir com um dos objetivos maiores da inclusão que é ofertar uma educação de qualidade para todos (as) (UNESCO, 2020).

A Lei nº 12.764 sancionada em 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Conhecida também como Lei Berenice Piana em alusão a mãe de um autista que lutou arduamente pela sua aprovação e considerada um avanço histórico dos direitos dos autistas em todas as esferas. No âmbito educacional, garante o acesso, a permanência e a aprendizagem, com direito a acompanhante, caso necessário (AUTISMO E REALIDADE s/d)¹³. Essa política ainda tem como diretriz “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis” (BRASIL, 2012)¹⁴

Entretanto, mesmo estando assegurado por lei muitas escolas e profissionais ainda não conseguem atender o que se determina, isso acontece pela “falta de conhecimento e despreparo docentes, derivadas das carências na formação inicial e continuada destes profissionais” (SHIMIDT, RAMOS, BITENCOURT, 2019, p. 90).

Complementa ainda esses autores sobre a diferença entre a realidade das escolas no que tange a recursos e a formação de professores e o que está garantido em lei:

¹³ <https://autismoerealidade.org.br/2020/03/30/berenice-piana-um-marco-nos-direitos-dos-autistas/>

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm

[...] observa-se que o desenvolvimento das habilidades de interação social, comunicação e aprendizagem do aluno com autismo têm se mostrado um desafio para as escolas, que esbarram na escassez de profissionais capacitados e de recursos didático-pedagógicos que atendam a este público. Assim, a necessidade de formação continuada aos professores da educação básica é tomada por uma relevância ainda maior, que mereceria um destaque ainda maior enquanto diretriz legal para os sistemas de ensino (SHIMIDT, RAMOS, BITENCOURT, 2019, p. 90).

Nesse sentido, se observa que as escolas necessitam de mais investimentos para que possam dispor de recursos que atendam o corpo docente e discente, novamente assinalamos que há necessidade de revisão e ajustes nos currículos da formação inicial, principalmente das licenciaturas, a fim de acompanharem as necessidades contemporâneas.

A formação continuada deve ser vista como uma necessidade de atualização constante. Outro aspecto a ser observado é que “[...] a formação de profissionais da educação não pode ficar restrita à docência, pois isto limita o campo de atuação e o próprio projeto de profissionalização desta categoria” (GRABAUSKA, 1998, p. 9). Portanto, a importância do professor como investigador educacional é fundamental. Somente com professores preparados e com conhecimentos é que poderemos cumprir com o que manda a legislação, fazer jus ao juramento que todo profissional faz ao concluir seus estudos e ofertar de forma equitativa uma educação de qualidade a todos (as).

2.3 A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM AUTISMO

Ao iniciarmos este capítulo sobre a relação do autismo e a educação, se faz importante termos conhecimento sobre o que os autores Szabo (2005) apud Silva e Peranzoni (2012, s/n), assinalam a respeito do desenvolvimento intelectual dessas pessoas,

[...] ‘aproximadamente 60% dos autistas apresentam valores de QI abaixo de 50. Vinte por cento oscilam entre 50% e 70% e os restantes 20% valores acima de 70’. De acordo com essa estatística é notável essa diferença, pois alguns autistas não apresentam nenhum problema na linguagem e a inteligência normal, enquanto outros apresentam retardo global do desenvolvimento. Por isso, existem vários graus de autismo. Há crianças autistas que apresentam uma linguagem expressiva excelente, que interagem normalmente, e outras que bloqueiam todas as aquisições (memória, linguagem, etc.).

Entende-se, portanto, a partir da fala dos autores que o percentual de pessoas com autismo que têm capacidades de se desenvolverem cognitivamente, é significativo. Mesmo os com abaixo de 50%, sabemos que é importante estarem presentes nas escolas com todos (BRASIL, 2006; 2008). Entretanto, o trabalho com pessoas com autismo requer uma grande responsabilidade, não só dos profissionais docentes, mas também da família em si, porque juntos podem desenvolver um papel de suma importância nas suas vidas.

Quando se trata da escolarização de crianças, o processo de inclusão é essencial, visto que pode auxiliar no seu desenvolvimento e na interação social, entretanto é importante que o ambiente seja acolhedor, que respeite sua individualidade e suas necessidades, que haja práticas educativas que possibilitem a desconstrução das barreiras e para que se torne um importante meio para o total desenvolvimento da criança.

[...] a escola de educação infantil é mais um espaço de interação social que, portanto, constitui-se num meio sociocultural fundamental para a constituição dos sujeitos. A inclusão de educandos com deficiência nesses espaços relaciona-se a criação de um ambiente pautado pela valorização da diversidade procurando se adequar às necessidades de todos os estudantes. (CARNEIRO, 2006 apud MATTOS e NUERNBERG, 2011, p. 129).

Na atualidade o acesso desses estudantes público-alvo da Educação Especial às Escolas comuns, foi construído por um longo caminho marcado por uma trajetória de exclusão, as iniciativas de educação desde 1998 até 2006, tiveram um aumento de 640% de matrículas em escolas regulares/classes comuns (BRASIL, 2008).

No Brasil, essa realidade nem sempre foi assim. Desde o século XIX, caracterizadas por ações isoladas e, de acordo com a tendência da época, previa uma escolarização fora do sistema de educação geral, concentrada em instituições residenciais e em hospitais (MENDES, 2006). Nos últimos anos, leis nacionais asseguraram o direito à educação das PCD: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 (BRASIL; 1996); a Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), dentre outras. Especificamente no âmbito do autismo, a Lei nº 12.764 (BRASIL 2012).

Porém, ao tratarmos do direito de estar na escola, não podemos deixar de destacar a importância da formação de qualidade para professores, para que atendam às demandas contemporâneas. Essa qualidade deve ser tanto na inicial quanto na

continuada, isso é essencial para todos os processos que se referem ao âmbito escolar, quando se trata de saber trabalhar com a diversidade, isso não é diferente. A palavra-chave inclusão a partir da Educação Infantil, pressupõe uma adaptação, agregação e acolhimento do educando. Sendo um ambiente onde não pode haver mais uma educação igual para todos, um ambiente exclusivo, com metodologia inflexível e tradicional, ou seja, um ambiente em que não há mudanças para receber crianças com autismo.

A Educação Infantil é um processo cultural, em que através de métodos, didáticas e técnicas específicas conduzem os alunos a desenvolverem relações de respeito mútuo, justiça, solidariedade, igualdade, tornando a criança pensante e autônoma das suas ações e atitudes na sociedade. A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil é uma prática nova, apesar de esta etapa educacional ter sido incorporada ao Ensino Básico há mais de duas décadas. Por ter se tornado obrigatório a matrícula a partir dos quatro anos de idade (BRASIL, 2013) e pelas necessidades da sociedade contemporânea, seu público vem crescendo a cada ano.

Entretanto, para atender essas crianças sejam incluídas efetivamente mudanças e ações se tornam necessárias, dentre estas apontamos o trabalho pedagógico que deve respeitar o ritmo de cada criança, estimular o desenvolvimento de suas habilidades, levando em consideração suas necessidades (TOLEDO, s/d). A partir desse ambiente acolhedor e inclusivo, o aluno pode se adaptar melhor às propostas e ao cotidiano escolar, desenvolvendo avanços em suas capacidades.

Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno — segundo suas capacidades e seus talentos — e de um ensino participativo, solidário, acolhedor (MANTOAN, 2003, p. 9).

Entretanto, mesmo sabendo da importância da escola na vida das crianças com autismo, dos avanços na legislação (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013) e nos direitos das pessoas com TEA, as pesquisas de Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) sobre a identificação de produções científicas sobre inclusão de alunos com TEA apontaram falhas metodológicas comprometendo a aprendizagem desses alunos e a falta de formação dos professores de apoio. Outro estudo, de Cabral e Marin (2019, apud VICARI e RAHME, 2020, s/d) demonstram o baixo número de pesquisas na área da educação e inclusão destes estudantes.

Buscando a perspectiva da inclusão escolar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, dedica o Capítulo V, Art. 58, a Educação Especial, especialmente quando diz que é uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na Rede Regular de Ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

O referido artigo abre caminho para a inclusão desse público-alvo e apresenta avanços como o estabelecimento de relações mais estreitas entre Ensino Regular e a Educação Especial.

Entendemos, porém, que para que a inclusão seja realmente de fato e de direito, é necessário assumir e introduzir recursos capazes de apoiar a aprendizagem de todos (as) PCD, com TEA e com AH/SD. Em se tratando do tema, como visto acima, “ainda são poucas as pesquisas nessa área, principalmente em âmbito nacional, por isso, apontam-se a necessidade de novos estudos brasileiros apresentarem reflexões e questionamentos sobre a temática em questão” (CABRAL, MARIN, 2019, p. 20).

Mais especificamente sobre o tema dessa pesquisa, *O Autismo na Educação Infantil: desafios e possibilidade* sabemos que também necessita ser mais pesquisado considerando que “a creche [e a pré-escola] é, por excelência, um dos espaços para o desenvolvimento de ações preventivas primárias (NUNES, ARAÚJO, 2014, p. 7).

É também na etapa da Educação Infantil, que se indica a Intervenção precoce (ALMEIDA, 2004), principalmente nas escolas especiais, entretanto pelo menos o acompanhamento na escola regular é importante, pois esse aluno traz sua deficiência consigo. A Intervenção Precoce é um “sistema coordenado de serviços com o objetivo de promover o desenvolvimento da criança de zero a cinco anos de idade” (NUNES, ARAÚJO, 2014, p. 3). Que precisa ser considerado “A importância que têm no desenvolvimento da criança, os diferentes contextos que a contêm, assim como as inter-relações que entre eles se estabelecem” (ALMEIDA, 2004, p. 65).

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, de acordo com a Emenda nº 59/2009, alterou os incisos I e VII do artigo 208 da Constituição, se tornou obrigatória dos 4 aos anos de idade (BRASIL 2009a).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, também se preocupou com a garantia de todos os direitos humanos “e liberdades fundamentais, em

igualdade de oportunidades com as demais crianças” e adotou medidas para “Fomentar em todos os níveis do sistema educacional, incluindo neles todas as crianças desde tenra idade, uma atitude de respeito para com os direitos das pessoas com deficiência” (BRASIL, 2009b).

Foi com base nos preceitos legais dessa convenção que a resolução nº 5/2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE), fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCN) reconhecendo e contemplando os pressupostos da educação inclusiva.

O olhar acolhedor de diversidades também se refere às crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Também o direito dessas crianças à liberdade e à participação, tal como para as demais crianças, deve ser acolhido no planejamento das situações de vivência e aprendizagem na Educação Infantil. Para garanti-lo, são necessárias medidas que otimizem suas vivências na creche e pré-escola, garantindo que esses espaços sejam estruturados de modo a permitir sua condição de sujeitos ativos e a ampliar suas possibilidades de ação nas brincadeiras e nas interações com as outras crianças, momentos em que exercitam sua capacidade de intervir na realidade e participam das atividades curriculares com os colegas. Isso inclui garantir no cotidiano da instituição a acessibilidade de espaços, materiais, objetos e brinquedos, procedimentos e formas de comunicação e orientação vividas, especificidades e singularidades das crianças com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (BRASIL, 2009c).

Essas Diretrizes também trazem em seu bojo a preocupação com formação de professores para essa etapa.

Cabe ressaltar que outra importante questão a que se refere a LDB 9394/96, Art. 58 (§ 1º e § 2º) é sobre o AEE. Este atendimento oferecido nas escolas da rede pública por meio de Salas de Recursos Multifuncionais centra suas atividades nas dificuldades originárias da deficiência e deve ser oferecido no turno inverso ao horário da aula do aluno. Suas atividades desenvolvidas no atendimento devem ser diferenciadas daquelas realizadas na sala de aula regular segundo o Decreto nº 6.571 de 2008. Além dessa resolução, é pertinente conhecer o Decreto nº 7.611/2011, que propõe diretrizes para a Educação Especial e define as estratégias, espaços, objetivos, recursos e demais aspectos que orientam a organização do AEE nas escolas.

Esse atendimento, segundo os documentos oficiais, complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola

ou fora dela. (BRASIL 2008). A criança integrada na sala de aula regular deve contar com este atendimento.

2.4 ESTRATÉGIAS QUE O SISTEMA DE EDUCAÇÃO OFERECE EM UMA ESCOLA REGULAR: AS CONTRIBUIÇÕES DO AEE NA INCLUSÃO DO ALUNO

Diante da dificuldade do aprendizado, dos com “necessidades especiais”, foi criada uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) que é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acesso, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas”. (SEESP/MEC, 2008).

O AEE é um recurso que auxilia o desenvolvimento do aluno e minimiza as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. O atendimento, realizado por profissional do AEE com formação específica, deve ser ampliado por meio de formações, para os demais profissionais da educação, principalmente aos professores regentes, a fim de corroborar com as adaptações que precisam ser feitas em sala de aula. Tendo em vista que as intervenções pedagógicas, clínicas e terapêuticas, no caso do autismo, precisam ser de acordo com a intensidade das características apresentadas, pois o TEA varia bastante entre situações (MENEZES, 2012).

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua liberdade na escola e fora dela, sendo constituída de oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncional. No Decreto nº 6.571/2008 conforme a Política Nacional da Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), são atendidos os alunos nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial.

O AEE presta o apoio na identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e acessibilidade, elimina as barreiras que impossibilitem a participação plena dos alunos com necessidades especiais, considerando que [...] educar uma criança com autismo não é apenas trabalhar a mente (FERREIRA, 2018, p. 31).

Nesta perspectiva, destacamos o trabalho dos professores especializados, com formação para atuar nas situações de auxílio aos alunos com deficiência, no

sentido de eliminar as barreiras pedagógicas. Seu papel na escola é fundamental pois esse profissional poderá realizar um trabalho em que envolve alunos, professores e a família em prol da aprendizagem e permanência do aluno na escola. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, s/n),

O Treinamento de professores especiais necessita ser reconsiderado com a intenção de se lhes habilitar a trabalhar em ambientes diferentes e de assumir um papel-chave em programas de educação especial. Uma abordagem não-categorizante que embarque todos os tipos de deficiências deveria ser desenvolvida como núcleo comum e anterior à especialização em uma ou mais áreas específicas de deficiência.

Esse serviço deve ser compreendido como um trabalho especializado aos alunos incluídos, que deve ser estendido à sala de aula para que se valorize e explore as potencialidades de aprendizagem dos alunos. Assim, a Educação Inclusiva, com o AEE, visa consolidar práticas pedagógicas adequadas a cada aluno, de forma a ampliar as aprendizagens, interações e experiências positivas para seu desenvolvimento. “Ao garantir esse serviço às crianças de zero a cinco anos, possibilita-se que as demandas sejam atendidas sem desconsiderar as políticas públicas que orientam as práticas no contexto educacional” (FROEHLICH; KAUFMANN; OLIVEIRA, 2019, p. 38).

Essa garantia, bem como a universalização do AEE está contemplada no Plano Nacional de Educação (PNE) (2014) em sua meta 4 e em cumprimento a esse documento, o Plano Municipal de Educação de Alegrete (PME) (2015) traz também em sua meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Neste sentido, analisando o *locus* da pesquisa, o município de Alegrete oferta o AEE em suas escolas, sendo que, atualmente, somente uma escola da Rede Regular de Ensino está desativada devido a falta do profissional do AEE.

A Lei Orgânica do Município de Alegrete-RS, no seu capítulo II, da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção I, da Educação, art. 163 diz que:

A educação, direito de todos e dever do município e da família, baseada na justiça social, na democracia e no respeito aos direitos humanos, meio ambiente e valores culturais visa ao desenvolvimento do educando como pessoa e a sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania, com consciência social e crítica.

O Poder Público diante da nova legislação, no que se refere a matrícula de alunos com deficiência, adota como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento na própria Rede Pública Regular de ensino.

No art. 165, capítulo II, da referida Lei, é dever do Município, com a participação do Estado e da União: “prestar de atendimento educacional, às pessoas com deficiências e aos superdotados” (ALEGRETE-RS, 2014). Cabe destacar, ainda, que a Lei 5.453/2014, institui especificamente a “Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” (ALEGRETE, 2014).

Nesta perspectiva, da educação como direito e o respeito ao educando como pessoa é que em 2009 foram criadas várias Salas de Recursos Multifuncionais em escolas do município de Alegrete, oferecendo recursos de acessibilidade e pedagógicos como jogos da memória, e jogos matemáticos que auxiliam no desenvolvimento dos alunos facilitando o aprendizado.

Cabe mencionar que Alegrete, também é um município com participação efetiva na luta antimanicomial, realizando o acompanhamento e a inclusão das pessoas que possuem sofrimento psíquico, com direito a tratamento na rede de atenção à saúde como cidadãos plenos de seus direitos.

3. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Apresentaremos nessa seção, o caminho metodológico que foi percorrido ao longo da pesquisa. Assim, buscando auxiliar na resposta ao problema da pesquisa, utilizamos para coleta de dados o questionário aberto com docentes que atuam na Educação Infantil, e que tem nas suas turmas alunos autistas. Esse questionário também foi aplicado para as professoras responsáveis pelo AEE da respectiva Escola da Rede Municipal de Alegrete. Sendo que somente uma das docentes tem experiência com o AEE. Definimos o questionário como uma técnica de pesquisa “pertinente para ser empregada quando se trata de problemas cujos objetos de pesquisa correspondem a questões de cunho empírico, envolvendo opinião, percepção, posicionamento e preferências dos pesquisados” (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2012, p. 251).

O estudo foi de caráter qualitativo com objetivo exploratório por permitir ao investigador “[...] aumentar sua experiência em torno de um determinado problema”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 109). Quanto ao caráter qualitativo, de acordo com Minayo (2000),

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis (MINAYO, 2000, p. 21-22).

No caso deste estudo, que trata de saber os desafios e as possibilidades de desenvolvimento de crianças com autismo, esta proposta vem ao encontro, visto serem processos que não podem ser quantificados.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com duas professoras colaboradoras de uma escola da Rede Municipal de Alegrete situada na zona urbana. Uma delas era a professora regente de uma turma e a outra professora do AEE, ambas da mesma escola. A

professora regente tem formação inicial em magistério e em Pedagogia e atua como docente há 13 anos. A professora do AEE é formada em Pedagogia e há 10 anos atua na Sala de Recursos Multifuncional. Cabe ressaltar que as duas professoras possuem significativa experiência na docência, mais especificamente a professora da SRM que exerce suas atividades na área da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva desenvolvendo um trabalho com o AEE.

Após o convite aceito, as professoras receberam e assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) que se encontra nos apêndices desse trabalho e posteriormente o questionário com as sete perguntas. A entrega, por conta da necessidade do isolamento social se deu na escola em que as professoras trabalhavam para que depois pegassem na direção. Em torno de uma semana após a entrega as professoras fizeram a devolutiva.

A escolha das colaboradoras se deu por conveniência devido à proximidade quando do estágio supervisionado.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A seguir, apresento o quadro referente às respostas das questões coletadas através dos questionários abertos com sete perguntas que foi respondido pelas duas colaboradoras da Escola pesquisada, bem como sua análise:

Nossa primeira pergunta, dizia respeito: se a inclusão do aluno autista na escola ajuda no seu desenvolvimento. No quadro 1 apresentamos as respostas para essa questão.

Quadro 1 – primeira pergunta

Professora A	<i>“Acredito que sim, como toda criança ele deve estar na escola, parte do seu desenvolvimento se dará por estar em sala de aula”</i>
Professora B	<i>“Sim, tanto para o docente como para o aluno”</i>

Fonte: autora. Excertos do questionário

Analisando a resposta da **professora A** se percebe que em sua opinião a inclusão em sala de aula auxilia o aluno, pois ele tem o direito de, assim como toda criança, frequentar e desfrutar desse espaço. A professora considera que será ali que ele, também de desenvolverá, pois vê essa instituição como promotora para isso. A **professora B**, assinala que a presença do aluno com autismo nessa instituição contribui tanto para ele como também para o seu professor. Nunes, Azevedo e Schmidt (2013, p. 558) a esse respeito apontam que “A escola se constitui como um recurso fundamental para enriquecer as experiências sociais das crianças com TEA, oportunizando a interação entre pares e contribuindo para o desenvolvimento de novas aprendizagens e comportamentos”. No processo de inclusão, todos ganham, pois, a humanidade é formada pela diversidade, portanto não podemos cercear o direito de convivência com outras pessoas de ninguém. Ainda, também em termos constitucionais podemos citar o artigo 227 da Constituição Federal que assegura o direito e educação.

Buscamos saber na segunda pergunta se a escola conta com parcerias de outros profissionais e se a resposta fosse afirmativa, quais seriam esses profissionais que as auxiliam na escola.

Quadro 2 – segunda pergunta

Professora A	<i>“Temos a Sala de AEE, profissionais de apoio e encaminhamentos, quando necessário, para o CAPS e APAE”</i>
Professora B	<i>“Encaminhamos para o CAPS”</i>

Fonte: autora. Excertos do questionário

A **professora A** salienta que há a Sala de Recursos Multifuncionais que oferta o AEE, que esse atendimento é importante, pois a atuação dos profissionais de apoio são um suporte para o crescimento e desenvolvimento dos alunos autistas. Tanto a **professora A** como a **professora B** fazem referência a Rede de Atendimento no Município de Alegrete, citando o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ) que também se disponibilizam a receber os alunos quando encaminhados. Corroboramos conosco, no que diz respeito a atuação dos professores no atendimento e encaminhamento do aluno Lemos, Salomão e Ramos (2014, p. 119?), pois entendem que

Considerando que os indivíduos com autismo apresentam prejuízos nessas áreas, cabe aos profissionais, que com eles trabalham, utilizarem estratégias que contemplem a aquisição de habilidades que são pré-requisitos para que outras se efetivem. As ideias desta pesquisa se apoiam na relevância dos modelos de desenvolvimento para orientar a realização de intervenções mais eficazes, possibilitando uma melhoria nas habilidades sociais, tendo em vista que os resultados demonstram uma capacidade parcial de realização social por parte das crianças autistas.

Os serviços de apoio serão muito importantes para o sucesso escolar do aluno autista, visto que como mencionado na revisão da literatura é um transtorno que requer atenção de profissionais de várias áreas, dependendo do seu nível de gravidade.

Perguntamos se o aluno com autismo recebe algum atendimento (por exemplo: AEE) na escola, as respostas foram a que apresentamos no quadro 3.

Quadro 3 – terceira pergunta

Professora A	<i>“Temos a Sala de AEE, profissionais de apoio e encaminhamentos, quando necessário, para o CAPS e APAE”</i>
Professora B	<i>“Encaminhamos para o AEE”</i>

Fonte: autora. Excertos do questionário

A **professoras A** salienta que na escola há somente o AEE, os profissionais de apoio e que realizam os encaminhamentos para outros profissionais da saúde quando o aluno apresenta necessidade. Já a **professora B** assinala que há somente o AEE. A atuação dos profissionais de apoio é importante, pois dão um suporte para o crescimento e desenvolvimento dos alunos autistas. A rede de atendimento no município de Alegrete, permite que as parcerias sejam estabelecidas e os encaminhamentos realizados como citado pelas professoras. Já o AEE

[...] tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.10).

É importante destacar o que aponta a legislação sobre o AEE não substituir a escolarização. A convivência em sala de aula com os pares e com a professora regente, também é fundamental para o desenvolvimento do aluno autista, principalmente pela dificuldade que eles têm em se relacionar (SCHMIDT, RAMOS, BITENCOURT, 20019). Portanto, o trabalho em parceria entre profissionais, professora regente e do AEE, é mais do que necessária.

No quadro 4 apresentamos a pergunta sobre como as professoras avaliam os avanços na aprendizagem do aluno autista na sala de aula, respondem:

Quadro 4 – quarta pergunta

Professora A	<i>“o aluno tem como parâmetro, ele mesmo... como chegou, e como está, percebe-se a educação a partir da observação e levando em conta suas características, separamos dados e chegamos a um consenso”</i>
Professora B	<i>“Observando o aluno quanto ao seu processo de Aprendizagem”</i>

Fonte: autora /excertos questionário

As falas das professoras evidenciam que a observação e comparar seu desenvolvimento com ele mesmo é o parâmetro balizador para perceber o quanto o aluno progrediu no processo de aprendizagem e socialização. Isso é importante, porque “O aprender e o ensinar, sob o entendimento da diferença de todos nós, redefinem o que se propõe como educação escolar em nossos dias educação essa que é um direito de todos (BRASIL, 1988).

A observação realizada pelas professoras leva em consideração o desempenho frente às características e comportamento do aluno e nesse sentido “O trabalho pedagógico deve respeitar o ritmo da criança e propiciar-lhe estimulação adequada para o desenvolvimento de suas habilidades, levando em consideração suas necessidades” (TOLEDO, s/d).

Quando perguntamos sobre qual a possibilidade de aprendizagem do aluno autista na escola regular, as respostas (QUADRO 5) foram:

Quadro 5 – quinta pergunta

Professora A	<i>“Depende de vários fatores, grau de comportamento por exemplo, porém sempre existe a possibilidade de aprendizagem”</i>
Professora B	<i>“O aluno precisa de um atendimento mais individual, pois a aprendizagem do alfabeto se dá através de figuras e letras, também é importante manter uma rotina diária fixando as atividades sempre. A aprendizagem acontece de forma gradual, sendo que o aluno deverá ser sempre estimulado”</i>

Fonte: autora. Excertos do questionário

Segundo a **professora A**, a aprendizagem do aluno não depende apenas de o professor ensinar, envolve outros aspectos, isso porque o autismo apresenta características muito específicas que para atendê-las reque um “Processo que tem como base, conhecer e compreender como esse aluno aprende, observar e identificar as dificuldades e limitações apresentadas. Do mesmo modo, traçar metas e elaborar estratégias adequadas, que possibilitem êxito em seu processo educacional” (TEDESCO, MOLARI, 2017, 434). Precisamos considerar igualmente que “Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica” (NASCIMENTO et al., 2014, p. 94).

A narrativa da **professora B** destaca uma questão importante que é a necessidade de manter uma rotina diária, fixando as etapas constantemente, pois esse processo ocorre de forma gradual. A professora destaca que a criança precisa ser estimulada fazendo uso de atividades como o alfabeto, figuras e letras. “A estimulação alcança todos os aspectos que interferem no desenvolvimento cognitivo, motor, sensorial, linguístico e social, evitando ou amenizando eventuais prejuízos” (BRASIL, 2016, p. 82).

Nossa última pergunta foi para saber sobre qual é o maior desafio quanto ao aprendizado do aluno autista. No quadro 6 organizamos as respostas:

Quadro 6 - sexta pergunta

Professora A	<i>“Na maior parte a escrita, pois envolve muitas habilidades juntas”</i>
Professora B	<i>“Falta de Formação”</i>

Fonte: autora. Excertos questionário

Quanto ao desafio da aprendizagem do aluno autista a **professora A** salienta que é a escrita, pois envolve muitas habilidades que essas crianças não possuem. Já a **professora B**, destaca que o maior desafio é a falta de formação continuada para os professores que possuem alunos autistas em suas turmas. Esta questão nos elucida a importância de um bom preparo dos professores para melhor atender as demandas dos alunos com especificidades variadas.

O desconhecimento sobre o Autismo pode levar professores a empreender Práticas que não minimizam as barreiras à aprendizagem e participação escolares. Além disso, em termos de conhecimento sobre autismo, há características comuns a estes alunos, já destacadas pela literatura, que revelam uma especificidade cognitiva que pode interferir em sua escolarização. Neste sentido, algumas teorias poderiam auxiliar professores a compreender melhor estes aspectos, especialmente aquelas que buscam explicar o perfil cognitivo deste alunado. (FERREIRA, 2018, p. 43).

Percebe-se que o papel de intervenção do professor pode e deve variar de acordo com as especificidades do aluno quando precisa de estratégias que ultrapassem as barreiras do TEA. Se faz necessário investir tempo no conhecimento desse aluno por meio do cotidiano escolar para que se possa estabelecer essas estratégias pedagógicas e reconhecer as possibilidades de aprendizado. Pois dentre vários desafios, pode-se ressaltar aqueles que se dirigem à formação do professor para atender a diversidade de necessidades educacionais apresentadas pelos alunos com deficiência inseridos no sistema de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos estudos realizados na pesquisa o TEA manifesta-se em grau leve a grave, sendo que cada um apresenta características do transtorno diferentes, uns falam, outros sequer emitem uma palavra, alguns receberam o diagnóstico precoce, outros não.

No entanto, a maioria chega ao diagnóstico tardiamente, fazendo com que apresentem atrasos no seu desenvolvimento, porque não foram estimulados precocemente. Nesta perspectiva, a inclusão do aluno autista em sala de aula permite que sua aprendizagem aconteça de forma gradual, levando em conta suas características e grau de comprometimento.

Diante de nosso questionamento inicial em que buscamos saber de que forma se dá o aprendizado de alunos com autismo no contexto de uma escola regular de alegrete, podemos dizer que o processo de inclusão requer além de metodologias e técnicas, de muita persistência e força de vontade, para que os professores com o auxílio das equipes escolares consigam enfrentar os desafios diários, buscando a execução das atividades, tornando o aluno com autismo capaz de, dentro das possibilidades e limitações, alcançar sua independência. No processo de aprender, variáveis afetivas e cognitivas são consideradas muito importantes na compreensão e no envolvimento da criança, influenciando o desempenho escolar, principalmente, no caso dos autistas. Entretanto, o que realmente importa é direcionar o aprendizado, possibilitando o sucesso na aquisição de significado, de autonomia e na capacidade de aprender ainda mais.

Quando analisamos o processo de inclusão escolar na Educação Infantil à luz da legislação podemos dizer que leis sancionadas vêm acompanhando a proposta dos movimentos mundiais sobre inclusão para que pessoas com deficiência tenham seus direitos respeitados e garantidos. Percebe-se que o que nos falta ainda é fazer com que todo o aparato legal seja realmente efetivo

Analisando as respostas das professoras, na escola regular existe a possibilidade da aprendizagem partindo de atividades com figuras e letras e atividades diferenciadas, porém sempre considerando as características e nível de gravidade do TEA. A maior dificuldade é a parte da escrita pois envolve muitas habilidades. Também é de fundamental importância que seja mantida uma rotina diária e

recebendo o acompanhamento do profissional de apoio quando necessário e frequentar a sala do AEE.

Identificamos e destacamos as contribuições o do AEE como fundamental na inclusão dos alunos autistas, pois este atendimento atua diretamente nas dificuldades na tentativa de saná-las e reforça as suas potencialidades. É possível compreender a importância do AEE para os alunos que possuem deficiência, pois este contribui de maneira significativa para o processo de desenvolvimento de cada aluno.

Ao nos encaminharmos para a finalização desse trabalho, menciono a sua importância para as futuras práticas pedagógicas, bem como para se pensar um caminho a ser percorrido por outras pesquisas que contribuam para o melhor entendimento deste transtorno. Pesquisas que possam auxiliar os autistas a ver e entender o mundo em que vivem. Esses conhecimentos e informações podem ser fundamentais para que, pais, professores tenham melhor entendimento sobre o TEA e consigam ofertar uma educação de qualidade e melhores condições de permanência na escola a esses alunos.

Finalizando, portanto, entendemos que muito mais estudos envolvendo outros colaboradores, contextos e metodologia são necessárias para que unidos possamos realizar o que apontamos acima.

REFERÊNCIAS

ALEGRETE. **Lei Orgânica de 15 de dezembro de 2014**. Institui a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-alegrete-rs>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

ALEGRETE. **Lei nº 5.453 de 18 de dezembro de 2014**. Disponível em: <<https://alegrete.rs.gov.br/leis/1-5453-2014-1.pdf>>. Acesso em: 23 out 2021.

ALEGRETE. **Lei no 5.530, de 24 de junho de 2015**. Institui o Plano Municipal de Educação – PME, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei Federal no 13.005, de 25 de junho de 2014, revoga a Lei Complementar no 29/2008 e dá outras providências. Disponível em: <<https://alegrete.rs.gov.br/leis/1-5530-2015-1.pdf>>. Acesso em: 23 out 2021.

ALMEIDA, Isabel Chaves de. **Intervenção precoce**: Focada na criança ou centrada na família e na comunidade? Disponível em: <<http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/130/pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/509f2321d97cd2d203256b280052245a?OpenDocument&Highlight=1,constituicao&AutoFramed>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 agosto 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 23 nov. 2021

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 20 out 2021

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009a**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009b**. Dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009c**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>. Acesso em: 14 de out. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação Especial – SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria no 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no 948, de 09 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 18 agosto 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 18 agosto 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. 2020): promulgada em 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi. **Nota técnica nº 055**. Orientação à atuação dos Centros de AEE, na perspectiva da educação inclusiva. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/LwWNFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 23 set. 2021.

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Ângela Helena. **Inclusão Escolar de Crianças com Transtorno do Espectro Autista**: uma revisão sistemática da literatura. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/LwWNFfpwcvWRvdwLTkMvdWF/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 22 agosto 2021.

Centro de Diagnóstico e Intervenção do Neurodesenvolvimento - CEDIN. **Sobre o Autismo**. Disponível em: <<http://www.terapiacedin.com.br/sobre-o-autismo-1.html>>. Acesso em: 13 out. 2021.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Revista Evidência, v. 7, n. 7, 2012. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

FROEHLICH, Daniela Camila; KAUFMANN, Jaqueline Daise; OLIVEIRA, Glaucimara Pires. **A prática docente na Educação Especial na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo**. In: PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (Org). **Práticas Educacionais Inclusivas na Educação Básica**. Santa Maria: Facos, UFSM, 2019.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 200

GRABAUSKA, Claiton José. **Investigação-ação na formação de profissionais da educação: redimensionando as atividades curriculares de ciências naturais no curso de pedagogia**. 1999. 250 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade de Santa Maria. Santa Maria. 1998.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; RAMOS, Cibele Shírley Agripino. **Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/GS4c9BPW9PW8ZqzBGjx7Kzj/?lang=pt>>. Acesso em: 23 agosto 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos**. Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação. Departamento de Metodologia de Ensino. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/integracao_x_inclusao.htm>. Acesso em: 22 set 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

_____. **Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições**. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4030>>. Acesso em: 23 out. 2021.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTÁTISTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: DSM 5: Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al; Revisão técnica; Aristides Volpato Cordioli et al. 5. ed. Artmed: Porto Alegre, 2015.

MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. **Reflexões sobre a inclusão escolar de uma Criança com diagnóstico de autismo na educação infantil**. Revista de Educação Especial, Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 129-42, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1989>>. Acesso em: 23 set 2021.

MINAYO, M. C. de S. [et al.] (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, M.I.C. et al. **DSM-V, M294 Manual diagnóstico e estatístico de transtorno 5 DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

NUNES, Débora R. P.; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. **Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção**. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2750/275031898092.pdf>>. Acesso em 20 out. 2021.

NUNES, Debora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico; SCHMIDT, Carlo. **Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/10178/pdf>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); Organização Mundial da Saúde (OMS) (s/d). **Transtorno do espectro autista**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>>. Acesso em: 25 set. 2021

OLIVEIRA, Carolina. **Um retrato do autismo no Brasil**. Revista Espaço Aberto USP. Disponível em: <<http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SCHMIDT, Carlo. **Transtorno do Espectro Autista: onde estamos e para onde vamos**. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/34651/pdf>>. Acesso em: 25 set 2021.

SCHMIDT, Carlo; RAMOS, Fabiane dos Santos; BITTENCOURT, Daniele Denardin de. **Práticas educacionais inclusivas na educação básica**. In: Ana Cláudia Oliveira Pavão, Sílvia Maria de Oliveira Pavão (organizadoras). – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2019.

TAMANAHA, Ana Carina; Jacy, PERISSINOTO; CHIAR, Maria Brasília. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger**. Disponível em: <encurtador.com.br/hyLN2>. Acesso em: 1 out. 2021.

TEDESCO, Lumiko Mori; MOLARI, Mário. **A Escola Regular e o Aluno Autista: Desafios e Possibilidades**. Disponível em: <<https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=possibilidade+de+aprendizagem+do+aluno+autista+na+escola+regular&ie=UTF-8&oe=UTF-8#>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação – resumo, 2020: Inclusão e educação: todos, sem exceção**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por>. Acesso em: 22 set. 2021.

VICARI, Luiza Pinheiro Leão; Rahme, Mônica Maria Farid. **Escolarização de alunos com TEA**: práticas educativas em uma rede pública de ensino. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/43296/pdf>>. Acesso em: 21 set 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PROFESSORA REGENTE E DO AEE



Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “xxxxxxxxxx” onde eu xxxxxxxx sou a pesquisadora enquanto acadêmica do Curso xxxxxxxx da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Antecipadamente agradeço sua participação na resposta a esse questionário que levará em torno de xx minutos e que será muito importante para o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

QUESTIONÁRIO

- 1) você tem alguma formação na área da Educação Especial?
- 2). Na sua opinião, a inclusão do aluno autista na escola regular pode contribuir para o seu desenvolvimento, social, afetivo e cognitivo?
- 3) A escola conta com parcerias de outros profissionais? Se sim, quais?
- 4) A escola oferece formação continuada aos professores com aluno de inclusão em sala de aula?
- 5) O aluno com autismo recebe algum atendimento (por exemplo: AEE) na escola?
- 6) Como se avalia se houve avanços na aprendizagem do aluno autista na sala de aula?
- 7). Em sua opinião quais a possibilidade de aprendizagem do aluno autista na escola regular?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, _____, RG _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada _____, desenvolvida pelo(a) acadêmico(a) da UERGS _____¹⁵. Fui informado(a) de que a pesquisa é orientada pela professora Edilma Machado de Lima¹⁶ a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário. Tenho ciência de que minha participação não envolve nenhuma forma de incentivo financeiro, sendo a única finalidade desta participação a contribuição para o sucesso da pesquisa, ainda que os objetivos do estudo são estritamente acadêmicos.

Vale ressaltar que os dados obtidos serão utilizados apenas para fins da pesquisa e serão mantidos em sigilo, as identidades dos participantes da investigação, assim como a identificação da(s) escola(s), de acordo com o que prevê a resolução 466, de 12 de dezembro de 2012/CNS Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Fui ainda esclarecido(a), de que poderei me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimento.

Alegrete, _____ de _____, de 20____.

Assinatura: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

¹⁵ E-mail: (e-mail do acadêmico)

¹⁶ Email: (orientadora)